

CULTURAS PRÉ-HISTÓRICAS DO BRASIL

FERNANDO ALTENFELDER SILVA

Ainda bem limitado é o conhecimento que possuímos sobre a pré-história brasileira, a despeito do muito que já se tem escrito a propósito. Isso se deve principalmente a duas causas básicas que motivaram um certo retardamento na arqueologia desta parte da América: um início tardio do que poderíamos chamar de pesquisa sistemática, e a orientação quase sempre autodidata dos primeiros pesquisadores. A situação não difere essencialmente do que ocorreu em outras partes da América. Todavia, a "descoberta", já na segunda metade do século dezanove, das ruínas deixadas pelas civilizações pré-colombianas, especialmente no Peru, México e América Central, congregou nessas áreas um grande grupo de curiosos ou entendidos, dentre os quais alguns estudiosos de valor. Desta forma, pouco a pouco, foi se desenvolvendo nessas regiões uma tradição de pesquisa e uma base valiosa de conhecimentos arqueológicos. Em nosso território, a despeito de numerosas lendas sobre a existência de cidades desaparecidas, nenhuma ruína espetacular, capaz de entusiasmar o leigo antiquário, foi até agora encontrada. Nenhuma jazida extraordinária do ponto de vista turístico que pudesse justificar, aos olhos do grande público, o investimento de capitais para a sua exploração e estudo. Foi, pois, bem menor no Brasil o número dos que se dedicaram a "salvar" os restos culturais dos povos do passado. Mas, assim como sucedeu também em outras partes da América, a arqueologia no Brasil se caracterizou, ainda quando nos seus pontos mais altos, por uma simples coleta de peças a serem exibidas em museus, sem um trabalho adequado quer de análise das condições ambientais dos achados, quer de tentativas sistemáticas de interpretações do material recuperado.

Hoje, a situação arqueológica nos Estados Unidos e América Central e ainda na região andina é bem outra, alcançando excepcional desenvolvi-

mento e sistematização, exigindo mesmo do arqueólogo uma especialização em áreas e sub-áreas. Não acompanhamos, no Brasil, êsse desenvolvimento. Apenas nos últimos anos é que os arqueólogos estão arregimentando seus esforços na hercúlea tarefa de desvendar nosso passado pré-histórico. Pretendemos expor aqui, embora de maneira sumária, a situação geral da arqueologia brasileira, assim como o que sabemos ou julgamos saber sobre a nossa pré-história.

Deixando de lado as tentativas individuais de pesquisa, realizadas nos últimos vinte anos por um pequeno grupo de arqueólogos profissionais, desejamos mencionar em particular o que consideramos como as três etapas básicas no desenvolvimento da pré-história brasileira. Em primeiro lugar, é interessante mencionar que, em 1954, durante o XXXI Congresso Internacional de Americanistas, reunido em São Paulo, apesar de alguns e bons trabalhos apresentados sobre a arqueologia brasileira, tornou-se patente o relativamente quase nada que sabíamos sobre a maior parte do imenso território brasileiro. Foi, então, proposta e aprovada uma moção em que se sugeria aos poderes competentes a criação de cadeiras de pré-história em nossas universidades. É claro que se tratava de uma sugestão visando a que algumas de nossas universidades, melhor equipadas, iniciassem o ensino da pré-história. Pois a criação de cadeiras de pré-história ou arqueologia em cada uma de nossas faculdades de filosofia não somente ultrapassaria o domínio das possibilidades reais de nosso ensino, como também se defrontaria com a necessidade da improvisação de professores dada a falta de especialistas devidamente qualificados. A referida moção, contudo, serviu para alertar os nossos estudiosos sobre a carência de técnicos em pré-história e sobre a necessidade de ensino dessa matéria.

Cabe, em segundo lugar, mencionar a criação, na Universidade do Paraná, sob a direção do Prof. José Loureiro Fernandes, do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, que se constituiu em marco importante na sistematização e ensino dos conhecimentos e pesquisas da pré-história brasileira.

Finalmente, a terceira etapa foi atingida já em 1963, durante a VI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo, com uma secção de pré-história onde se evidenciou o progresso alcançado pelos nossos estudiosos, bem como se fundamentou a base para uma melhor cooperação entre os arqueólogos brasileiros.

A arqueologia, disciplina, é por nós entendida como um ramo da antropologia, definida como o estudo do homem e de suas obras. Pretende a arqueologia estudar a maneira de viver, a cultura de povos já desaparecidos, ao lado da etnologia que estuda a cultura dos povos atuais. É claro

que as técnicas da arqueologia podem ser aplicadas para a recuperação de informações sobre o passado recente de alguns grupos atuais, quando isso se torna necessário. (Nos Estados Unidos têm sido os arqueólogos chamados a opinar sobre direitos territoriais de grupos indígenas atuais, na base da comprovação de maior antiguidade de ocupação da área). Assim também pode o etnólogo, quer na base de relatos históricos ou de informações arqueológicas, dedicar-se ao estudo de grupos já desaparecidos. (Considerem-se, por exemplo, os estudos feitos por etnólogos sobre os Tupinambá). Mas a própria concentração de interesse ou no passado ou no presente levou arqueólogos e etnólogos a desenvolverem técnicas especiais de pesquisa, bem como à formulação de conceitos de uso corrente que caracterizam suas próprias disciplinas.

Esta maneira de encarar a arqueologia se afasta um pouco do que se costuma chamar de arqueologia clássica. Esta última, mais ligada ao estudo das artes e humanidades, dedica-se principalmente ao exame dos restos deixados pelas grandes civilizações, preocupando-se mais com os próprios documentos encontrados do que com o significado dos mesmos. Tal orientação disciplinar leva à organização de coleções de museus, a seleções de materiais na base dos seus valores artísticos subjetivos; implica técnicas algo diversas das utilizadas pela arqueologia pré-histórica. A arqueologia clássica prende-se, sobretudo, ao estudo das clássicas civilizações do Egito, Ásia Menor e Europa, embora se preocupe também com as civilizações americanas do Peru, Iucatã e México. A arqueologia pré-histórica ou, simplesmente, arqueologia se caracteriza por uma metodologia mais cuidadosa, e por uma valorização não dos objetos em si mesmos, mas do que deles se pode inferir. Em outras palavras, a arqueologia pré-histórica preocupa-se não com os objetos deixados pelo homem do passado, mas com a história desse homem do passado, recuperável graças ao que os objetos permitem deduzir. Não há, de outra parte, uma diferença entre arqueologia, como disciplina antropológica, e pré-história. Para alguns autores de formação européia, a arqueologia estaria preocupada com as jazidas não muito antigas, enquanto a pré-história se dedicaria ao estudo do passado remoto do homem. Sob esse ponto de vista, a arqueologia estudaria, por exemplo, as jazidas de Marajó, mas o estudo dos sambaquis seria objeto da pré-história. Tal divisão, para nós, não parece de grande utilidade, além de constituir uma limitação para os próprios profissionais do ramo. Não há necessidade alguma de um corpo de conceitos que sejam aplicáveis exclusivamente às jazidas muito antigas e que não possam ser aplicáveis às jazidas recentes. Isso levaria, na prática, a um virtuosismo inútil. Preferimos definir a arqueologia como disciplina antropológica dedicada ao estudo do passado pré-histórico. Isso significa o estudo, com técnicas apropriadas, dos restos de ocupação deixados pelo

homem, visando-se ao restabelecimento de sua história. Para os povos americanos, em sua quase totalidade, carentes de um sistema de linguagem escrita, toda jazida humana é uma jazida arqueológica. De outra parte, para nós, pré-história significa o que antecede a história. E justificamos a aplicação do método arqueológico para recuperação de informações sobre o passado de todo grupo humano sobre o qual não haja documentação histórica. Esclarecidos estes pontos, passaremos a considerar agora alguns conceitos peculiares à arqueologia como disciplina.

No seu trabalho, o arqueólogo pode ser comparado ao etnólogo. Ambos buscam interpretar a cultura humana. O arqueólogo faz a etnologia dos grupos já desaparecidos. Se o etnólogo pode observar em ação o grupo que estuda, o arqueólogo somente encontra alguns dos produtos da vivência de um determinado grupo, ou seja, a sua "cultura material". A partir dos restos bastante incompletos, deixados por um grupo humano, deverá o arqueólogo inferir a cultura desse grupo. O conceito de cultura, para o arqueólogo, embora básico, não é pois trabalhável da mesma forma que para o etnólogo. Deverá o arqueólogo inferir o que o etnólogo, em seu trabalho, pode observar. Mas, há alguns conceitos básicos de que o arqueólogo necessita em função do próprio caráter do seu objeto de estudo. Mencionaremos apenas dois tipos de conceitos: as divisões espaciais, referentes à dispersão geográfica em que se encontram determinados elementos culturais, e as divisões temporais, referentes às seriações temporais desses elementos. Apenas a título de informação, repetimos aqui algumas definições desses conceitos, tais como são eles, agora, aceitos pela maioria dos arqueólogos profissionais brasileiros. O conceito mais geral, largamente utilizado em arqueologia, é o de sítio ou jazida. Significa a unidade espacial que está sendo ou foi escavada pelo arqueólogo. Supõe uma continuidade espacial, caso contrário subdividir-se-á em dois ou mais sítios. O conceito seguinte, de localidade, refere-se a um sítio mais amplo, tendo sido ocupado por um grupo maior ou por vários grupos, correspondendo em etnologia ao que se denominaria uma comunidade. A unidade espacial seguinte seria a região, referindo-se à área de deslocamento habitual de um determinado grupo. Em etnologia corresponderia ao território. Finalmente, à área cultural da etnologia temos em arqueologia, como correspondente, a área arqueológica. Todavia, este último conceito apresenta maiores dificuldades para sua objetivação nos mapas, dada a própria exigüidade do material arqueológico e do número das jazidas estudadas. Pode-se, contudo, falar em uma Área Arqueológica do Amazonas ou Área de Lagoa Santa, até que a experiência mostre a necessidade de subdividi-las em outras áreas.

Dois outros conceitos têm sido largamente utilizados em arqueologia e são eles os de fase ou foco e componente. Fase ou foco refere-se a uma

unidade arqueológica possuindo traços suficientemente definidos para caracterizá-la. Falaremos então na fase ou foco tupi-guarani. É evidente que se faz mister uma certa limitação temporal e espacial. Assim, por fase ou foco tupi-guarani referimo-nos às manifestações culturais arqueológicas caracterizadas pela chamada cerâmica tupi-guarani, manifestada especialmente na região Sul do Brasil.

O conceito componente refere-se à manifestação, em um sítio determinado, de um dado foco ou fase. Falaremos, então, na componente Estirão Comprido encontrada na jazida de Estirão Comprido, no Paraná, caracterizada como pertencente à Fase Tupi-guarani.

Desejamos, ainda, mencionar dois outros conceitos: Horizonte e Tradição. São dois conceitos que se completam. Horizonte salienta uma continuidade espacial, representada por traços culturais e modos de ocorrência que justificam a hipótese de uma rápida difusão a partir de um ou de vários centros determinados. Falamos, assim, em um horizonte cerâmico. O conceito de tradição põe ênfase na continuidade temporal, representada pela persistência de uma configuração em uma determinada tecnologia ou em sistemas de formas. Poderíamos, então, falar na tradição corrugada da cerâmica tupi-guarani ou na tradição excisa da cerâmica de Marajó.

Passaremos agora a considerar, brevemente, as diferentes jazidas pré-históricas brasileiras sobre as quais existe um maior cabedal de conhecimentos acumulados em nossa literatura arqueológica.

Os principais pontos de interesse dentro da arqueologia brasileira têm convergido tradicionalmente para alguns tipos característicos de jazidas: os sambaquis, as grutas de Lagoa Santa, os sítios cerâmicos de Marajó e Santarém e, mais recentemente, as jazidas tupi-guaranis do Sul do País. Analisaremos em particular cada um desses pontos, a fim de tentar um bosquejo da situação geral da arqueologia brasileira.

Os sambaquis, sernambis, casqueiros ou concheiros, como são chamados conforme a região onde se encontram, estão distribuídos ao longo do litoral brasileiro e, às vezes, no interior. São jazidas formadas pela acumulação de restos de conchas, apresentando elementos culturais e sepultamentos humanos. São eles os mais estudados dos sítios arqueológicos brasileiros, sem que, contudo, sua tipologia tenha sido ainda adequadamente estabelecida. Os recentes trabalhos realizados por Laming-Emperaire, Hurt, Blasi e Rauth forneceram uma série de datas absolutas na base do Carbono-14, as quais já permitem um certo escalonamento dessas jazidas, se não pela sua tipologia, ao menos pela sua relativa antiguidade. As datas absolutas obtidas variam entre oito mil anos para os sambaquis mais "antigos", e mil e quinhentos anos para o mais recente. A divisão de Serrano clas-

sificando os sambaquis em "mais antigos", caracterizados por artefatos rudemente trabalhados, "sambaquis do sul", apresentando machados de pedra polida, com instrumentos de osso, ornamentos de conchas e sepulcros, e os "sambaquis da Amazônia", constitui uma tentativa taxonômica que pouco acrescenta à afirmação de que os sambaquis da costa paulista são mais antigos.

A fase "arcaica" do Serrano encontra seu principal exemplo no sambaqui de Maratúá, situado entre Santos e Bertioxa, para o qual se possui uma data de Carbono-14 de aproximadamente oito mil anos. Os sambaquis de Saquarema e Gomes, estudados por Rauth, acusando material lítico trabalhado com técnicas rudimentares, apresenta datas de Carbono-14 entre 4.000 e 4.500 anos de antiguidade. Esses sambaquis se encontram nas proximidades de Antonina, no litoral paranaense, e oferecem exemplos de diferentes tipos de enterramentos, conforme a fase. A alguns quilômetros a oeste dessas jazidas, encontra-se o sambaqui de Macedo, estudado por Hurt e Blasi, fornecendo uma série de datas de C-14, as quais oscilam entre 3.200 e 3.500 anos. Os referidos sambaquis do litoral paranaense, de acordo com a classificação de Serrano, deveriam ser considerados como pertencentes à fase "arcaica", embora apresentem variações na tipologia do material que contém e essas indiquem um complexo "recente".

De outra parte, o chamado "complexo recente" teria sua exemplificação melhor com o sambaqui da Ilha dos Ratos, ainda no litoral paranaense, com uma data de C-14 de cerca de 1.500 anos. Correlacionado com o mesmo sambaqui encontra-se o Araújo-II, estudado por Orsich. Esse estágio "recente", caracterizado por machados polidos, instrumentos de ossos e ornamentos de conchas, foi também observado por Bigarella em 44 sambaquis da costa de Santa Catarina, por ele examinados.

O recente trabalho de Calderón sobre o sambaqui da Pedra Oca, na orla marítima do Estado da Bahia, apresenta, em todos os estratos da jazida examinados, a presença de cacos de cerâmica, sugerindo uma formação realmente mais recente que as dos sambaquis mencionados acima. Nas estimativas do prof. Calderón a antiguidade do sambaqui de Pedra Oca seria comparável às de Ilha dos Ratos e Araújo II.

O que se pode inferir, do que foi exposto sobre sambaquis, é que esses sítios foram ocupados periodicamente, em um passado pré-histórico, por grupos pouco numerosos de pescadores — coletores — caçadores. As mais antigas ocupações podem ser relacionadas, temporalmente, com as de Lagoa Santa. Todavia, as mais recentes já alcançam o horizonte cerâmico. A velha classificação de Serrano, com uma base tipológica e geográfica, encontra uma certa justificativa no que concerne ao sambaqui de

Maratúá, no litoral paulista, e os sambaquis do litoral catarinense. Todavia, o reconhecimento de pelo menos duas fases de ocupação no sambaqui de Saquarema, e ao mesmo tempo a presença de sambaquis como os da Ilha dos Ratos e Araújo II mostram a inadequação quer do critério geográfico quer do critério de antiguidade relativa para os sambaquis do litoral paranaense. Contudo, com as necessárias reservas, continua sendo usada a classificação de Serrano, até que se concluam as tipologias dos sambaquis mencionados. O que parece ter ocorrido é a presença de um horizonte "arcaico", com centro de difusão no litoral paulista, e outros horizontes mais recentes, com centros de difusão ao Norte e ao Sul.

Uma outra área, não menos famosa na arqueologia brasileira, é a de Lagoa Santa. A tese de Peter Wilhelm Lund, publicada em 1839, sobre a contemporaneidade do homem e espécies já desaparecidas, veio ter sua continuação somente um século depois, com os trabalhos retomados nessa área por um grupo de pesquisadores dentre os quais se destacam Walter, Cathoud e Anibal de Matos. Todavia, a impropriedade das descrições feitas pelos referidos autores e a deficiência dos métodos utilizados exigiam a retomada do problema por profissionais mais atualizados. Em 1958, Hurt, examinando uma série de grutas na região, pôde fazer uma coleta de material orgânico que forneceu datas da C-14 de aproximadamente 10.000 anos de antiguidade.

Walter havia sugerido para a região três períodos culturais, sendo o mais antigo caracterizado por uma maior percentagem de pontas de flecha feitas de ossos, com formas penduculadas e por machados de pedra polida. Todavia, Hurt, admitindo diferenças na distribuição vertical dos artefactos, decidiu-se pela impossibilidade do estabelecimento desses níveis nas bases propostas. As numerosas pinturas rupestres que ornamentam os abrigos da região da Lagoa Santa oferecem tentadoras sugestões sobre a capacidade pictórica do homem pré-histórico. Todavia, essas pinturas não podem infelizmente ser correlacionadas até agora com qualquer dos níveis de ocupação, pois nada há que justifique ainda uma decisão sobre sua cronologia relativa.

Os restos de animais, encontrados juntamente com os restos culturais, sugerem para os habitantes de Lagoa Santa uma dieta farta. Viviam eles em grupos pouco numerosos, com uma organização social pouco diferenciada, com uma atividade de coleta e caça, desconhecendo a agricultura. Os achados cerâmicos encontrados nos níveis superiores de algumas jazidas devem ser atribuídos a ocupação muito mais recente.

Não menos famoso entre os tipos de jazidas brasileiras é, sem dúvida, o que caracteriza especialmente a Ilha de Marajó e sobre o qual, felizmente, os excelentes trabalhos de Evans e Meggers nos oferecem um precioso

cabedal de informações. Essas informações permitem agora ajuizar o que tenha sido a pré-história da área amazônica.

Podemos imaginar para a região, um período pré-cerâmico, para o qual, infelizmente, não contamos ainda com evidências arqueológicas.

A razão é fácil de compreender, em vista da natureza de aluvião do solo, carência de matéria lítica, e natureza e densidade da vegetação, que muito dificultam os trabalhos de prospecção. Em consequência disso, há uma ausência sistemática de achados que possam documentar esse período. Podemos adotar a hipótese da presença de coletores e caçadores errantes, em cujos restos culturais predominava o osso e a madeira como matéria prima, que não sobreviveram às condições ambientes e por isso não podem até agora ser comprovados.

A documentação arqueológica surge somente com o horizonte cerâmico. E pode-se reconhecer, pelo menos, três complexos culturais distintos: a fase Ananatuba, a mais antiga, a fase Marajoara e fase Santarém, esta mais recente, alcançando o período histórico do contacto com os primeiros povoadores europeus.

A fase Ananatuba teve sua introdução na área de Marajó, provavelmente por volta de 2.500 anos atrás, procedendo do Oeste. Os sítios de ocupação que caracterizam esta fase não se diferenciam basicamente, em tamanho ou composição, das jazidas da fase Taruma da Guiana Inglesa. Sugerem eles uma mudança do tipo de vida de caçadores errantes para os das culturas das florestas tropicais que sobreviveram até os tempos históricos, caracterizados por sítios de habitação pequenos, em constante mudança, por organização social baseada em laços de parentesco, bem como por economia baseada na técnica de derrubada e queimada, auxiliada pela coleta de produtos silvestres. Não há evidências de práticas ou rituais mortuários ou religiosos. Os vasos que caracterizam a cerâmica da fase Ananatuba não são sempre simétricos e a maioria dos mesmos não se apresenta bem acabada. Todavia, trata-se de uma cerâmica bem feita e durável, decorada por linhas largas, incisas e achuriadas em zonas.

Os grupos que caracterizam a fase Ananatuba viviam em uma única casa comunal, suficientemente grande para abrigar até uma centena e meia de indivíduos, localizada em área florestal nos limites da savana natural e próxima a um riacho ou fonte de água. As casas provavelmente eram construídas sobre estacas. Nenhum cemitério pôde ser encontrado.

As comparações feitas com cerâmicas do Rio Napo, Equador, sugerem essa procedência para os povos de Ananatuba, que se teriam deslocado ao longo da Bacia Amazônica.

A fase seguinte, a Marajoara, é sem dúvida a mais conhecida, devido à beleza de sua cerâmica. Representa ela uma mudança básica na maneira de viver dos grupos que a caracterizam. O complexo cerâmico é caracterizado por incisões e excisões combinados com uma decoração policrômica. Os vasos apresentam um acabamento cuidadoso, indicando o trabalho de especialistas. Os traços sócio-políticos apresentam uma complexidade bem maior do que a dos grupos das florestas tropicais. Há uma marcada estratificação social, testemunhada pelas diferenças encontradas nos enterramentos. Grandes montículos de terra foram utilizados como sub-estrutura para as aldeias e cemitérios. A disposição dos mortos, com enterramentos secundários em urnas ou enterramentos simples ou cremação e oferendas, documenta a diferença de tratamento para diferentes classes de indivíduos.

A introdução da fase Marajoara é calculada na base do Carbono-14 por volta do ano 1.000 de nossa era, para as jazidas mais ocidentais. As comparações cerâmicas feitas com as jazidas do Rio Napo, sugerem também que o povo Marajoara procede do Equador, tendo se deslocado ao longo do Rio Amazonas, até alcançar Marajó. Alguns séculos antes da chegada dos Europeus, o grupo Marajoara já havia sido substituído por outros, com outras tradições culturais. Nas suas manifestações finais, a fase Marajoara apresenta marcados indícios de decadência. Esta decadência pode ser interpretada como resultante do impacto de um meio ecológico hostil para o qual a maneira de viver do grupo não estava ajustada. Nas florestas tropicais, uma agricultura intensiva se tornava necessária a fim de manter o sistema social diferenciado, o que se evidenciou pelos restos culturais marajoaras. Essa produção certamente não pôde ser mantida, o que explicaria a decadência final e conseqüente desaparecimento da cultura marajoara.

Por volta dos anos de 1.200 a 1.300 de nossa era, uma outra onda de povoamento penetrou no Amazonas médio e inferior. Sua melhor expressão se encontra na fase Santarém. Caracteriza-se por uma cerâmica decorada com linhas paralelas, incisas, cuidadosamente traçadas, e com adornos modelados, pontuados. Nas suas manifestações finais essa cerâmica se acha associada com contas de origem européia, indicando o contacto. Entre as novas formas de vasos introduzidas encontra-se a panela achatada, geralmente associada à fabricação dos bolos de mandioca. Arqueologicamente a fase Santarém apresenta-se com aldeias pequenas não protegidas por paliçadas, com enterramentos secundários e cremação em urnas, depositadas em cemitérios. Não há indícios claros de distinção de status social, apontando para uma simplificação da estrutura social. Como área de procedência dessa cultura, sugere-se o rio Orenoco, havendo penetrado através do Cassiquiare, no Rio Negro e Amazonas. Em resumo, pode-se afirmar

que a Bacia Amazônica foi repetidamente invadida, em tempos pré-históricos, por diferentes grupos que, procedentes do Oeste e do Norte, se deslocaram rio abaixo até alcançar o extremo de Marajó. Muitos outros elementos culturais e genéticos foram sem dúvida introduzidos com eles, além das técnicas cerâmicas já mencionadas.

Outra tradição bem conhecida do amador da arqueologia brasileira é a da chamada cerâmica "tupi-guarani", que abrange uma ampla área desde o centro do Brasil até o extremo Sul. Os trabalhos arqueológicos mais completos se referem aos Estados de S. Paulo e Paraná, embora haja estudos em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia sobre a ocorrência deste tipo de cerâmica.

A área tupi-guarani, assim imprópriamente denominada, inclui a maioria das jazidas cerâmicas conhecidas no Centro e no Sul do País. Os sítios estudados, em sua maioria, indicam ocupações por tempo relativamente curto, aldeias relativamente pequenas, com uma economia de caça e pesca e coleta, comparáveis à das florestas tropicais e com uma tipologia semelhante à dos tupis do período do contacto. Os habitantes dessas jazidas utilizavam-se de objetos de pedras, tais como raspadores, machados, lâminas; pontas de flecha e anzóis de osso; possuíam cerâmica e agricultura incipiente na base da derrubada e queimada, com deslocamentos periódicos de suas aldeias. O complexo cerâmico "tupi-guarani" é caracterizado principalmente por um estilo "corrugado", associado a vasos decorados com pintura policrômica. A presença de decorações "ungulares" é frequente. Prevalecem entre os vasos "tupi-guaranis" recuperados pelos estudiosos as urnas mortuárias tendo como tampas outras urnas emborcadas. A comparação estabelecida entre tipos cerâmicos dos Estados do Paraná e São Paulo permite sugerir que as migrações se fizeram, principalmente do Sul para o Norte, através da Bacia do Paraná. A distribuição de jazidas ao longo do Rio Paraíba, até o Estado do Rio de Janeiro, sugere ainda que os grupos que penetraram o Estado de São Paulo provindos do Sul, encaminharam-se para o Norte, através da Bacia do Paraíba.

Pouco se sabe ainda sobre a diferenciação social desses povos. Há apenas limitada diferenciação encontrável nos enterramentos sugerindo uma estrutura social simples. Não há contudo, até o presente, um número suficiente de jazidas devidamente estudadas para permitir maiores considerações a respeito. Estima-se que as jazidas mais antigas tenham sido ocupadas por volta de 1.200 anos atrás.

Finalmente cabe falar ainda sobre os sítios abertos, espalhados pelo interior do País, e sobre os quais possuímos informes conjectuais. São eles os menos conhecidos. As informações que possuímos procedem de elementos da cultura material, tais como machados de pedra, pontas de

flecha ou raspadores, destacados de seus contextos, coletados por curiosos e depositados em museus ou em mãos de colecionadores. Na grande maioria dos casos mesmo a procedência das peças é duvidosa. Há, contudo, dois tipos de jazidas que merecem especial menção. A primeira delas é representada pelo sítio arqueológico de José Vieira, no Estado do Paraná, estudado por Laming. Datações de C-14 atribuem a êsse sítio uma antigüidade de 6.500 anos. O material retirado dos níveis inferiores acusa a presença de machados de pedra, quebra-cocos, sovelas de osso e agulhas. Nos níveis superiores há presença de cerâmica, do tipo tupi-guarani. Ainda no Sul do Estado do Paraná, um outro tipo de sítio arqueológico deve ser mencionado. Êste último ainda por ser estudado. Trata-se de um tipo de habitação semi-subterrânea, semelhante às encontradas na Argentina e no Sudoeste da América do Norte.

Na base das considerações acima expressas, pode-se tentar agora um esboço do quadro arqueológico do Brasil, destacando os seguintes horizontes arqueológicos: 1) Um horizonte antigo ou páleo-indígena, entre 10.000 e 5.000 anos, e alcançando as jazidas de Lagoa Santa, sambaquis como o de Maratuá, os níveis inferiores de José Vieira, e outras jazidas líticas do interior; 2) um horizonte arcaico, representado pelos sambaquis como os de Saquarema, Gomes e Macedo, variando entre 5.000 e 3.000 anos, e possivelmente alcançando os níveis médio ou superior de jazidas como as de Lagoa Santa, José Vieira ou níveis médio ou superior de sambaquis como o de Maratuá; 3) um horizonte pré-cerâmico recente, representado pelos níveis inferiores ou médios de sambaquis como os da Ilha dos Ratos, Araújo-II e possivelmente os sambaquis da costa catarinense, bem como os níveis superiores das jazidas atribuídas acima a outros horizontes; para êste horizonte pré-cerâmico recente estimamos uma antigüidade variando entre 3.000 e 1.500 anos; 4) um horizonte cerâmico antigo, abrangendo, na Amazônia, a fase Ananatuba, e no Sul, os níveis tupi-guaranis mais antigos, entre 2.500 a 1.000 anos atrás, coincidindo, provavelmente, no seu início, com o final do pré-cerâmico recente; a êste horizonte poderíamos referir o sambaqui da Pedra Oca, no litoral baiano; 5) um horizonte cerâmico recente, de 1.000 a 500 anos atrás, alcançando o período dos contactos com os europeus; a êste horizonte deveremos referir as fases Maraçoara e Santarém, bem como os níveis mais recentes dos sítios tupi-guaranis.

Êste rápido balanço da arqueologia brasileira permite duas considerações básicas finais. Em primeiro lugar deve-se salientar a extrema necessidade da formação de um maior número de pesquisadores, devidamente treinados para a grande tarefa de levantamento e estudo da arqueologia do Brasil ainda por se fazer. Em segundo lugar, constatar a nova perspectiva que se abre para a arqueologia brasileira com o estabelecimento de uma terminologia comum e maior entendimento entre os profissionais do ramo.

BIBLIOGRAFIA

ALTENFELDER SILVA, FERNANDO

- 1962 — «Considerações sobre alguns sítios tupi-guaranis no sul do Brasil» — *Revista do Museu Paulista*, Nova série, Vol. XII — pp. 377-398.

ALTENFELDER SILVA, FERNANDO, e MEGGERS, BETTY

- 1963 — «Cultural Development in Brazil» — in «*Aboriginal Cultural Development in Latin America, An Interpretative Review*. Smithsonian Miscellaneous Collections, Vol. 146, N. 1, pp. 119-129.

BIGARELLA, J. J., TIBURTIUS e SOBANSKI, A.

- 1954 — «Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina», *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, Vol. 9, Art. 8, pp. 99-140.

BLASI, OLDEMAR

- 1963 — «Cronologia Absoluta e Relativa do Sambaqui do Macedo-Alexandra, Pr. Brasil», *Arquivos do Museu Paranaense*, Nova Série, Arqueologia, N. 1, Curitiba.

CALDERÓN, VALENTIN

- 1964 — «O Sambaqui da Pedra Óca», Instituto de Ciências Sociais, Universidade da Bahia, Salvador.

CRANE, H. R.

- 1956 — «University of Michigan Radiocarbon Dates I», *Science*, Vol. 124, N. 3224, pp. 908-919, Washington.

CRUXENT, JOSÉ MARIA

- 1964 — «Notícia sobre três estaciones arqueológicas com artefactos líticos de tipo pale-indio em Venezuela» — *Origens do Homem Americano*, II Encontro Intelectuais de S. Paulo (1961), Instituto de Pré-história, U.S.P., pp. 275-293.

HILBERT, PAUL

- 1955 — «A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná» — *Inst. Antropologia e Etnologia, Pará*, Publ. n.º 9, Belém.

- 1959 — «Achados arqueológicos num sambaqui do Baixo Amazonas», *Inst. Antrop. e Etnol. Pará*, N.º 11, Belém.

- 1959 — «Preliminary Results of Archaeological Investigations in The Vicinity of the Mouth of the Rio Negro, Amazonas». *Proc. XXXIII International Congress of Americanists*. Vol. 2, pp. 370-377, San José.

HURT, WESLEY R.

- 1960 — «The Cultural Complex from the Lagoa Santa Region, Brazil», *American Anthropologist*, Vol. 60, pp. 569-585.

- 1964 — «Recent radio carbon dates for Central and Southern Brazil», *American Antiquity*, Vol. 30, N. 1, pp. 25-33.

HURT, WESLEY R., e BLASI, OLDEMAR

- 1960 — «O Sambaqui de Macedo, A. 52, B-Paraná, Brasil», *Arqueologia*, N.º 2, Conselho de Pesquisas, Universidade do Paraná.

LAMING, ANNETTE e EMPERAIRE, JOSÉ

- 1958 — «Bilan de trois campagnes de fouilles archéologiques au Brésil méridional», *Journ. Soc. Américanistes*, Vol. 47, pp. 199-212.

- 1959 — A jazida José Vieira, um sítio guarani e pré-cerâmico do interior do Paraná, Publ. Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Arqueologia, N. 1, Curitiba.

LUND, PETER WILHELM

- 1950 — *Memórias sobre a Paleontologia Brasileira*, Trad. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.

MEGGERS, BETTY e EVANS, CLIFFORD

- 1957 — «Archaeological investigations at the mouth of the Amazon» — Bur. Amer. Ethnol., Bull. 197.
 1958 — «Archaeological evidence for a prehistoric migration from the Rio Napo to the mouth of the Amazon» — *Migrations in New World Culture History* — Social Science Bulletin 22, Universidade do Arizona Press, pp. 9-19.
 1963 — *Aboriginal Cultural Development in Latin America: An Interpretative Review*, Smithsonian Miscellaneous Collections, Vol. 146, N. 1, E. Washington.

ORSSICH, A. e ORSSICH, D. S.

- 1956 — «Stratigraphic excavation in the Sambaqui of Araujo II», *American Antiquity*, vol. 21, pp. 357-369.

OTT, CARLOS F.

- 1945 — *Vestígios de culturas indígenas no sertão da Bahia*, Publ. Museu da Bahia, Nova Série.
 1958 — *Pré-história da Bahia*, Publ. da Universidade da Bahia, n. 7.

PEREIRA DE GODÓI, MANUEL

- 1946 — *Los Extinguidos Paingü de la Cascada de Emas (Est. de S. Paulo), Brasil*, Inst. Dr. Pablo Carrera, Publ. 14, Córdoba.

PEREIRA JÚNIOR, JOSÉ ANTERO

- 1957 — «Contribuição para o estudo da arqueologia do extremo norte paulista», *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, 59, pp. 313-357.

RAUTH, JOSÉ WILSON

- 1962 — *O Sambaqui de Saquarema*, Bol. Universidade do Paraná, Conselho de Pesquisas.

ROBERTS Jr., FRANK H. H.

- 1964 — «Antiquity and origins of Man in North America», *Origens do Homem Americano*, II Encontros Intelectuais de São Paulo, (1961) — Instituto de Pré-história, São Paulo, pp. 138-150.

ROHR, ALFREDO

- 1959 — «Pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina», *Pesquisas N.º 3*, Instituto Anchieta, P. Alegre, pp. 199-266.

SCHMITZ, IGNACIO

- 1957 — «Um paradeiro guarani do Alto Uruguai», *Pesquisas N.º 1*, Instituto Anchieta, P. Alegre, pp. 123-142.
 1958 — «Paradeiros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul)», *Pesquisas N.º 2*, Inst. Anchieta, P. Alegre, pp. 113-143.
 1959 — «A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina», *Pesquisas N.º 3*, Inst. Anchieta, P. Alegre, pp. 267-324.

SERRANO, ANTONIO

- 1946 — «The Sambaquis of the Brazilian Coast», *Handbook of South-American Indians*, Vol. 1, pp. 401-407, Bureau of American Ethnology, Bull. 143.

TIBURTIUS, G., BIGARELLA, I. K., e BIGARELLA, J. J.

1951 — «Nota prévia sobre a jazida páleo-etnográfica de Itacoara (Joinville, Estado de Santa Catarina)», Arquivos de Biologia e Tecnologia, Vols. 5 e 6, Art. 19.

WALTER W. H., CATHOUD, A., e MATTOS, A.

1937 — «The Cofins man, a contribution to the study of early man in South America», Early Man, Philadelphia.

WATSON, VIRGINIA D.

1947 — «Ciudad Real: A Guarani-Spanish site on the Alto Paraná River», American Antiquity, Vol. 13, pp. 163-173.

WILLEY, GORDON R. e PHILIP PHILLIPS

1958 — Method and Theory in American Archaeology. University of Chicago Press, Chicago.

